

[Notícia anterior](#)[Próxima notícia](#)

21 mar 2017 | O Globo | JAILTON CARVALHO DE jailtonc@bsb.oglobo.com.br Colaborou Renata Mariz

# Alckmin é citado por Janot sobre doações da Odebrecht

## Já Aécio aparece em pelo menos seis pedidos de abertura de inquérito

-BRASÍLIA- O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, enviou ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) pedidos de abertura de inquérito contra mais de dez governadores em exercício, entre eles o de São Paulo, Geraldo Alckmin, do PSDB, que disputou a Presidência em 2006. O pedido sobre o tucano estaria relacionado a repasses que a Odebrecht fez para as campanhas dele ao governo de São Paulo, em 2010, e também em 2014. Segundo um dos delatores, pelo menos um dos pagamentos teve como intermediário Adhemar Ribeiro, cunhado do governador.



PEDRO KIRILOS/8-7-2016

**Tucanos. Presidenciáveis do PSDB terão que dar explicações à Justiça sobre doações recebidas da Odebrecht supostamente em troca de benefícios à empreiteira**

De todos os presidenciáveis que aparecem na nova lista de Janot, o senador Aécio Neves (PSDB-MG) deverá ser o que mais precisará dar esclarecimentos à Justiça. O nome do parlamentar aparece como um dos alvos centrais em pelo menos seis pedidos de inquérito dos 83 que o Ministério Público Federal apresentou ao Supremo Tribunal Federal (STF), na semana passada. Ele seria um dos políticos mais citados nas delações em que 78 ex-executivos da Odebrecht relataram pagamentos legais e ilegais para deputados, senadores e ministros, entre outras autoridades, em troca de benefícios para a empreiteira. REPASSES DE R\$ 9 MILHÕES Em depoimento no início do mês no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o ex-presidente da Odebrecht Infraestrutura Benedicto Júnior disse que, em 2014, repassou dinheiro de caixa 2 a políticos do PSDB a pedido de Aécio, presidente nacional do partido. Os pagamentos somariam R\$ 9 milhões. Deste total, R\$ 6 milhões teriam como destino as campanhas do Antonio Anastasia ao Senado; de Pimenta da Veiga ao governo de Minas Gerais e de Dimas Fabiano Toledo Júnior (PP-MG) à Câmara.

Outros R\$ 3 milhões teriam sido repassados a Paulo Vasconcelos, marqueteiro da campanha de Aécio à Presidência da República em 2014. Benedicto Júnior falou sobre os supostos repasses para Aécio num dos trechos do depoimento que prestou ao ministro Herman Benjamin, relator do processo sobre supostas irregularidades financeiras na chapa Dilma-Temer na campanha de 2014. O processo foi aberto a partir de uma representação do PSDB contra a campanha dos adversários.

O executivo da Odebrecht teria falado durante 30 segundos sobre o caso. Antes de concluir a explanação, ele foi interrompido pelo ministro do Tribunal Superior Eleitoral.

A explicação é que ele não deveria falar sobre um assunto que não estava no foco da ação movida contra a ex-presidente Dilma Rousseff e o presidente Michel Temer. Mas, antes de ser chamado para ir ao TSE, Benedicto Júnior prestou uma série de depoimentos a procuradores da Operação LavaJato e ofereceu mais detalhes da relação de Aécio Neves com a Odebrecht.

Ontem, o ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes, pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) para ter acesso ao conteúdo da delação premiada do ex-diretor da Odebrecht Carlos Armando Paschoal, conhecido como Cap. No pedido, a defesa do ministro citou reportagem do jornal "Folha de S. Paulo" informando que o delator teria passado R\$ 500 mil, por meio de caixa 2, à campanha do tucano ao Senado, em 2010. A defesa do chanceler argumenta que ele só soube que foi citado na delação por meio da imprensa e precisa ter acesso aos depoimentos do delator para se defender.

Ainda segundo a "Folha de S. Paulo", o delator afirmou aos investigadores da Lava-Jato que o pedido de doação foi feito pelo próprio Aloysio Nunes. O dinheiro teria sido entregue em três parcelas em hotéis da Zona Sul da capital paulista. Aloysio também pediu ao STF para ter acesso aos trechos das delações dos 78 executivos e ex-executivos da Odebrecht em que ele tenha sido mencionado. O relator da Lava-Jato no Supremo, ministro Edson Fachin, vai decidir se concede ou não o direito ao chanceler. SENADOR ESPERA INFORMAÇÕES Em nota, o senador Aécio Neves disse não ter conhecimento sobre as informações "e aguarda as decisões da Justiça para apresentar quaisquer esclarecimentos que venham a ser solicitados". Já a assessoria do governador de São Paulo declarou que o "Poder Judiciário não deu publicidade, até o momento, a nenhum ato relativo à Lava-Jato" relacionado a Alckmin. Mas informou que ninguém está acima da lei ou imune a investigação. "Tenho uma vida pública honrada e transparente e uma vida pessoal modesta. Da mesma forma, sempre exigi que minhas campanhas fossem feitas com estrita observância dos parâmetros legais", disse o governador, em nota divulgada por meio de sua assessoria.

Impresso e distribuído por NewspaperDirect | www.newspaperdirect.com, EUA/Can: 1.877.980.4040, Intern: 800.6364.6364 | Copyright protegido pelas leis vigentes.

[Notícia anterior](#)

[Próxima notícia](#)